



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA 229

1
2
3 Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e treze, às quatorze horas realizou-se
4 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
5 sede no Centro de Ação Social, sob a convocação do Presidente Sr. Luiz Cezar da
6 Silva. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros titulares governamentais**: Sr.
7 Tierri Rafael Angeluci, Sra. Karym Rachel Mami Collesel e Sra. Nelsi Maristela Valigura
8 (Secretaria Municipal de Assistência Social); Sra. Suelen Francine Rigoni (Fundação
9 Municipal Proamor); Sra. Vanduire Arcoverde Silva (Secretaria Municipal de
10 Administração) e Sra. Regina Aparecida Rodrigues (Secretaria Municipal de Saúde). Os
11 **conselheiros governamentais suplentes no exercício da titularidade**: Sra. Anne
12 Christine Pedroso (Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação
13 Profissional) e Sra. Cláudia Daniela Coneglia (Secretaria Municipal de Educação). Os
14 **conselheiros governamentais suplentes**: Sra. Maria Lucia de Pádua Ferreira de Lima
15 (Secretaria Municipal de Assistência Social) e Eliane Scolimoski (Secretaria Municipal
16 de Assistência Social). Os **conselheiros não governamentais titulares**: Sr. Luiz Cezar
17 da Silva (Presidente) e Sra. Fernanda de Almeida da Silva (Entidades de Proteção
18 Social Básica); Sra. Marialva Ribas Kincheski (Entidades de Proteção Social Especial de
19 Média Complexidade); Sra. Érica Francine Pilarski Clarindo (Profissionais da Área da
20 Assistência Social e vice-presidente); Sra. Ivone do Carmo Camargo (Usuários da
21 Assistência Social); Sr. Osni Cirino da Cunha (Entidades de Proteção Social Especial de
22 Alta Complexidade). Os **conselheiros não governamentais suplentes no exercício**
23 **da titularidade**: Sr. Cleberson Leopoldino Antunes Palhano (Usuários da Assistência
24 Social). Os **conselheiros não governamentais suplentes**: Sra. Ronilda Aparecida de
25 Souza Santos (Entidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade).
26 **Registramos as presenças**: Sra. Lucília do Rocio Lopes Andrade (Secretária
27 Executiva); Sra. Ariane Ewert (Estagiária do CMAS); Sra. Patrícia Mitui (Assistente
28 Administrativo do CMAS); Sra. Ana Cristina Duda (conselheira não governamental no
29 aguardo de alteração de representatividade) e Sr. Adrianis (assistente social da Pastoral
30 do Idoso). Justificam-se as ausências dos conselheiros: Isabela Nadal e Leni Aparecida
31 Viana da Rocha. A reunião tem a **seguinte pauta**: 1- Apreciação e aprovação da pauta.
32 2- Aprovação da ata nº 228. 3- Informes Gerais. 4- Informes da Comissão Organizadora
33 da IX Conferência Municipal de Assistência Social. 5- Apreciação do parecer da
34 Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos. 6- Apreciação do parecer da
35 Comissão de Acompanhamento do SUAS. 7- Apreciação do parecer da Comissão de
36 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social. 8- Apreciação do parecer
37 da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência Social.

38 **Abertura:** Com o quórum estabelecido após oito minutos, o presidente Sr. Luiz Cezar
39 inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e segue com o
40 primeiro item da pauta - Apreciação e aprovação da pauta. **Aprovado.** Item dois (2)-
41 Aprovação da ata nº 228. **Aprovado.** Item três (3)- **Informes Gerais:** A Secretária
42 Executiva, Lucília Andrade, apresenta os ofícios expedidos no mês de maio: Ofício nº36
43 para Gerência de Proteção Social Especial solicitando detalhamento das ações com
44 descrição da natureza de despesa dos recursos no Plano de Ação; Ofício nº37 para
45 Secretaria Municipal de Assistência Social encaminhando o Plano Plurianual deste
46 Conselho; Ofício nº38 para Gerência Administrativa da Secretaria Municipal de
47 Assistência Social relatando a verificação dos bens inservíveis do Conselho; Os ofícios:
48 nº39 para Secretaria Municipal de Gestão Financeira e Assuntos Jurídicos, nº 40 para
49 Secretaria Municipal de Administração e nº 41 para Secretaria Municipal de Saúde
50 solicitando o preenchimento de dados dos conselheiros para inserção no Sistema
51 Federal de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSuas; Ofício nº42
52 para Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando providências para inclusão,
53 em Lei específica, da Entidade Socioassistencial Associação Ministério Melhor Viver de
54 acordo com o artigo 26 da lei de Responsabilidade Fiscal; Ofício nº43 para Secretaria
55 Municipal de Gestão Financeira e Assuntos Jurídicos solicitando emissão de Decreto
56 Municipal convocando a IX Conferência Municipal de Assistência Municipal; Ofício nº 44
57 para IEDC indeferindo a solicitação de elevação do convênio; Ofício nº45 para
58 Secretaria Municipal de Assistência Social solicitando a liberação da Secretária
59 Executiva para realizar horário integral na data de vinte e dois de maio de 2013, devido
60 ao comparecimento na Reunião Técnica do Escritório Regional. Menciona as seguintes
61 Resoluções emitidas por este Conselho: **RESOLUÇÃO 12/2013** revoga a resolução
62 50/2012 e aprova o projeto das emendas parlamentares dos deputados; **RESOLUÇÃO**
63 **13/2013** indica as Entidades aptas para participar do Programa “Crescer em Família”;
64 **RESOLUÇÃO 14/2013** aprova as atualizações do Plano Municipal de Assistência Social
65 para 2013; **RESOLUÇÃO 15/2013** Aprova o reordenamento do Centro de Referência
66 Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP; **RESOLUÇÃO**
67 **16/2013** retifica a resolução 12/2013 referente à emenda parlamentar dos deputados
68 Sandro Alex e Leopoldo Meyer. Ainda nos informes, a Secretária executiva cita os
69 ofícios recebidos: faz a leitura da justificativa enviada pela Gerência Técnica em
70 resposta ao ofício CMAS nº35 referente à interrupção dos serviços da UPA para
71 posterior envio à Entidade ABASE, órgão denunciante. O presidente Sr. Luiz Cezar abre
72 para aprovação o envio do ofício com a justificativa para a entidade ABASE. **Aprovado.**
73 Lucília segue citando o ofício da Fundação Proamor que solicita o desligamento dos
74 conselheiros: Suelen Francine Rigoni e Jeferson Luiz Villalba da Comissão CONVIVA;

75 ofício da COMPETI solicitando a indicação de dois representantes, sendo um titular e
76 um suplente; ofício do CMDCA solicitando informações se os conselheiros
77 anteriormente indicados permanecem ou se haverá indicação de nova representação
78 para compor a SINASE. Lucília informa que eram as conselheiras Rosemary Godoy que
79 não faz mais parte deste conselho e Ana Teresa da Cruz que pediu desligamento no
80 ano anterior. O presidente Sr. Luiz Cezar pede que os conselheiros se manifestem para
81 integrarem as Comissões citadas. Para a SINASE/ CMDCA se prontificam as
82 conselheiras Marialva e Fernanda, sendo titular e suplente respectivamente. Para a
83 CONVIVA, o conselheiro Marcelo diz que a exigência é de representatividade
84 governamental se prontificando as conselheiras Nelsi Maristela e Maria Lúcia, titular e
85 suplente respectivamente. Ainda para a CONVIVA, há necessidade de substituir a
86 conselheira anterior, Ana Cristina Duda, que passou a integrar a equipe governamental.
87 A conselheira Érica Clarindo se dispõe a integrar essa Comissão. Para solicitação da
88 COMPETI, só há manifestação da conselheira Ronilda ficando pendente a suplência. O
89 presidente Sr. Luiz Cezar expõe para aprovação. **Aprovado.** A Secretária Executiva
90 Lucília prossegue mencionando o recebimento do ofício conjunto do Conselho Estadual
91 de Assistência Social – CEAS/PR e da Secretaria de Estado da Família e
92 Desenvolvimento Social – SEDS que informa aos gestores municipais da Política de
93 Assistência Social quanto à necessidade de elaboração do relatório de Gestão
94 Municipal de Assistência Social e aos presidentes dos Conselhos Municipais de
95 Assistência Social da necessidade de apreciação e possível aprovação do referido
96 Relatório. Também recebido o ofício nº78 da Fundação Municipal Proamor de
97 Assistência Social solicitando que sejam alterados os representantes da Fundação
98 Proamor neste Conselho, ficando na titularidade a Sra. Ana Cristina Duda e na
99 suplência a Sra. Suelen Francine Rigoni. O presidente Sr. Luiz Cezar informa que
100 encaminhará a solicitação, porém a alteração só terá validade com a publicação do
101 Decreto Municipal. Recebido memorando nº33 da Unidade Gestora de Transferência de
102 Valores – UGT/SMAS em vinte e três de maio, solicitando que seja revista a situação
103 das subvenções sociais com finalidade de financiamento de folha de pagamento de
104 entidade assistencial por exigência do Tribunal de Contas de que esses valores devem
105 constar nos gastos de pessoal do município. A conselheira Érica Clarindo diz que a
106 maioria dos conselheiros lembra que esse debate do pagamento de pessoal do
107 convênio é antigo e que agora o Tribunal de Contas está cobrando com mais firmeza
108 devendo ser considerado no limite prudencial da prefeitura. Fala que o contador
109 Ronaldo esteve no Conselho prestando orientações e informando que à partir da
110 assinatura dos novos convênios não poderá ser financiado pagamento de pessoal. A
111 conselheira Érica diz que os convênios da Proamor já foram assinados e caberá à

112 prefeitura responder contraditórios. Com relação aos convênios que serão assinados a
113 partir do recebimento desta orientação, há que se tomar cuidado para não constar
114 pagamento de pessoal. A conselheira Érica fala da necessidade de estudar uma nova
115 forma de realizar esse repasse para que as entidades não sejam prejudicadas e a
116 conselheira Fernanda indaga como se dará o pagamento. A conselheira Érica informa
117 que já houve estudo e entenderam pela realização de edital para prestação de serviço
118 não interferindo no limite da prefeitura. Abre-se o edital especificando o serviço, as
119 Entidades interessadas se candidatam e na prestação de contas deverão fornecer nota
120 fiscal. O conselheiro Osni considera que essa forma será melhor, diz que na área da
121 Saúde é com edital. O presidente Sr. Luiz Cezar exemplifica que já existiram alguns
122 serviços, nessa modalidade. A conselheira Érica lembra que a Entidade Melhor Viver já
123 recebeu dessa forma e que esse assunto deverá ser estudado pelo Conselho. O
124 presidente Sr. Luiz Cezar complementa dizendo que, a partir de agora, todos os
125 convênios a serem firmados não poderão conter pagamento de pessoal no plano de
126 aplicação. A Secretária Lucília comunica o recebimento do ofício do Ministério Público
127 que solicita, no prazo de quinze dias, informações sobre a regularização da Associação
128 Vila Velha. O presidente Sr. Luiz Cezar pede para abrir um parêntese dentro dos
129 informes sobre a questão da conselheira Ana Duda. Lembra que foi solicitada consulta
130 ao Ministério Público sobre a representatividade da conselheira, dizendo não ser por
131 questão pessoal, mas por questão de funcionamento do Conselho. Acredita que por
132 inoperância do Ministério Público a solicitação, enviada há dois meses, ainda não foi
133 respondida, porém com a integração da conselheira na equipe governamental o retorno
134 não é mais necessário. O presidente Sr. Luiz Cezar parabeniza a conselheira pela
135 nomeação e diz que com a alteração no Decreto ela continuará pertencendo ao
136 Conselho com representatividade governamental representando a Fundação Proamor.
137 Felicita-a dizendo que ela continuará sendo útil no município para Política de
138 Assistência Social considerando o conhecimento que possui. Há indagação sobre a
139 representação dos usuários com a transferência da conselheira Ana Duda para o
140 governamental e a conselheira Érica argumenta que foram eleitos três suplentes nessa
141 representatividade: Mauro, Santina e Cleberson. Há que se verificar na Ata da
142 Conferência de 2011, ocasião da eleição, quem foi o suplente mais votado solicitando
143 sua nomeação como titular através de Decreto. A Secretária Lucília informa o
144 recebimento de dois ofícios da Gerência de Proteção Especial protocolados nesta data.
145 O presidente Sr. Luiz Cezar diz que constará na próxima reunião de Comissão. O
146 presidente Sr. Luiz Cezar passa ao item quatro da pauta: **Informes da Comissão**
147 **Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social**. O relator,
148 conselheiro Marcelo, inicia dizendo sentir-se aliviado com a transferência da

149 Conselheira Ana Duda para o governamental, justificando que é um defensor assíduo
150 da paridade. Ana Duda diz que se deve observar no processo de eleição para que não
151 ocorra de representante governamental assumir representatividade não governamental
152 informando que essa situação ficou acentuada em Conferência Regional. O conselheiro
153 Marcelo relata que a reunião da Comissão Organizadora da Conferência foi realizada
154 dia vinte e um de maio com as presenças do Sr. Luiz Cezar, Érica, Fernanda, Karym,
155 Marcelo, Nelsi, Rosane e Sandra Cisco. Fala que continua faltando um orçamento para
156 aquisição dos tickets de almoço. Quanto aos hotéis e material de expediente, os
157 orçamentos foram encaminhados para licitação. Será disponibilizada página eletrônica
158 no *site* da Prefeitura com as inscrições *online* e informações sobre a Conferência.
159 Informa que uma exigência do Conselho Nacional é a realização de demonstrativo
160 citando as deliberações das Conferências desde dois mil e cinco e informando as que
161 foram cumpridas e justificando as que não foram. Os informativos necessários para a
162 Conferência, lista de presença, programação, etc, serão reaproveitados da Conferência
163 anterior com as adequações necessárias. O regimento interno será elaborado a partir do
164 regimento interno da última Conferência e será encaminhado, *via e-mail*, aos membros
165 da Comissão para análise. Com relação aos facilitadores e relatores será contratada
166 empresa especializada. Está sendo viabilizado grupo artístico para apresentação
167 cultural. Informa que o palestrante ainda não foi definido sendo pensado em convidar a
168 Sra. Neuza Tiba de Londrina. O conselheiro Tierri toma a palavra dizendo que a
169 Secretária Nacional Denise comunicou que não virá porque só marca presença em
170 capitais, mas enviará o assessor Leandro Prudente. O conselheiro Marcelo prossegue
171 comunicando que se agendou reunião para três de junho (03/06) às quatorze horas para
172 organização das pré-conferências objetivando elaborar apostila, definir vagas de
173 delegados, etc. Pensou-se também na possibilidade de contratação da empresa
174 “Emancipar” para a facilitação das pré-conferências que acontecerão nos CRAS com a
175 participação dos usuários das Entidades Socioassistenciais. A conselheira Érica diz que
176 nessas pré-conferências será reforçada a importância da participação na Conferência
177 que diferencia das demais ao analisar todas as deliberações avaliando a gestão local. O
178 presidente Sr. Luiz Cezar passa ao item cinco da pauta: **apreciação do parecer da**
179 **Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos**. A relatora, secretária Lucília,
180 nomina os conselheiros presentes na reunião: Luiz Cezar, Erica, Osni, Suelen, Tierri,
181 Fernanda, Roseli, Simone, Karym, Cléa, Lucília e Sandra, a relatora informa que foram
182 abordados três assuntos: Acompanhamento da Associação Vila Velha; Solicitação de
183 recursos do Recanto Maria Dolores e Denúncia da Entidade Renascer. No
184 acompanhamento da Associação Vila Velha relata que a Gerência de Proteção Especial
185 informou que foi realizada uma visita na entidade apresentando o material da

186 Residência Inclusiva sendo enfáticos com o prazo para readequação vinte de abril
187 (20/04/2013). Disse que a Entidade fez adaptações melhorando o ambiente e que,
188 segundo a diretora, superaram as dificuldades apontadas pela vigilância sanitária.
189 Informou também que a presidente disse que faria consulta junto a advogado para
190 indagar sobre a necessidade de mudança de local. Apresenta o seguinte parecer da
191 Comissão: Considerando que a Entidade está com a inscrição cancelada; que não
192 cumpriu com o prazo estabelecido e também não apresentou documentação para
193 reativar a inscrição junto ao conselho, optou-se pelo encaminhamento de ofício ao
194 Promotor. O ofício informará que a Entidade não poderá atender o público e as usuárias
195 poderão ser transferidas para a Associação Nossa Senhora de Lourdes e/ou para o
196 município de origem. Seguirá em anexo, o relatório de visita institucional da Gerência
197 Especial e cópia da Ata da Plenária. Para a solicitação do Recanto Maria Dolores, viu-se
198 que o recurso é para a contratação de motorista para transporte dos assistidos e demais
199 atividades diárias da Entidade. Entendeu-se que o serviço comprado é de abrigamento
200 e não pagamento de pessoal, sendo o parecer contrário. A denúncia recebida da
201 Associação de Apoio a Homossexuais denunciando a entidade Renascer por contratar
202 companheira da presidente, pagar aluguel de imóvel para parente ascendente e manter
203 cooperativas de trabalho desativadas. A assistente social da Entidade informou que
204 mudou a presidência não existindo o parentesco na contratação. Confirmou que o
205 imóvel locado pertence ao parente da antiga presidente e desconhecem que há
206 impedimento. Disse que há duas cooperativas, uma está na ativa e a outra desativada
207 por inexistência de demanda. A Comissão considerou que não há irregularidade na
208 contratação da funcionária pela mudança do presidente conforme documentos
209 apresentados. Com relação ao aluguel, será feita consulta junto à Procuradoria do
210 Município. Não havendo interesse da Entidade em continuar com o maquinário da
211 cooperativa desativada, sugeriu-se a devolução e alteração no Estatuto retirando a
212 existência dessa cooperativa. O presidente Sr. Luiz Cezar faz a leitura do ofício recebido
213 do Ministério Público que solicita informações da regularidade da Associação Vila Velha
214 e coloca para aprovação o parecer sugerido pela Comissão ao Ministério Público. A
215 conselheira Karym fala que tem novidade quanto à Associação Vila Velha após a visita
216 realizada para entidade na data de ontem vinte e sete de maio (27/05). Diz que tomou
217 cuidado de não conversar enquanto conselheira, mas, como Gerência, informando que
218 a Entidade está buscando, cada vez mais, se regularizar conforme as exigências da
219 Residência Inclusiva estando com dez pessoas na casa. Menciona que conseguiu a
220 reinclusão de uma senhora de Marmeleiro e que a vigilância sanitária fez visita no local
221 solicitando uma nova porta na lavanderia impedindo-a de conseguir o alvará. Disse
222 ainda que perguntou sobre o porquê de não ter comunicado isso ao Conselho já que

223 havia prazo sendo respondido por ela que estava no aguardo da regularização para
224 posterior envio da documentação ao Conselho. Ao ser dado ciência à diretora de que a
225 exigência da Residência Inclusiva é ter registro no CMAS, ela respondeu que tem
226 registro e que enviaria ofício ao Conselho explicando a situação da vigilância sanitária
227 com o encaminhamento dos documentos regularizados. O presidente Sr. Luiz Cezar fala
228 que a informação da conselheira Karym não alterará a posição da Comissão sendo
229 complementado pela conselheira Érica que a visita sucede o parecer da Comissão. O
230 presidente Sr. Luiz Cezar expõe para aprovação o envio do ofício ao Ministério Público.
231 **Aprovado.** A conselheira Karym indaga se o Ministério Público tem poder/autoridade
232 para manter a Entidade sem o registro no Conselho. O assistente Social Adrianis se
233 manifesta respondendo que o Ministério Público pode garantir o serviço e, se não
234 houver outra Entidade poderá sim, mantê-la em funcionamento. Relata que já houve
235 casos que, mesmo sem registro no Conselho, a Entidade recebeu autorização para
236 continuar prestando serviço devido à necessidade da população e inexistência do
237 serviço. Porém, se existir outra Entidade regular a transferência é imediata. A relatora
238 diz que o recurso para o Recanto Maria Dolores refere-se à contratação de motorista
239 para transporte dos assistidos e demais atividades diárias da Entidade. A Comissão
240 entendeu que o serviço comprado é de abrigamento e não pagamento de pessoal,
241 sendo de parecer contrário. O presidente Sr. Luiz Cezar coloca para aprovação.
242 **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar acrescenta no parecer de Comissão, referente à
243 denúncia recebida sobre a entidade Renascer, a realização de visita institucional devido
244 à presença da assistente da Entidade na reunião caracterizar como membro do
245 Conselho. **Aprovado.** A conselheira Fernanda considera que se deve seguir o protocolo
246 de averiguação acrescentando que a Entidade está de portas abertas. O conselheiro
247 Osni lembra que nessa reunião foi abordado sobre a Entidade Odilon Mendes e a
248 relatora, secretária Lucília, retoma o relato informando que se tratou da situação dos
249 abrigados no Odilon Mendes. E que, segundo a Gerência Técnica, o local não está em
250 boas condições; os abrigados ficam em quartos com grade e cadeado o tempo todo; só
251 há um funcionário no horário noturno para cuidar de vinte e um homens; todos os
252 pertences são coletivos; alguns têm Benefício de Prestação Continuada - BPC, porém é
253 administrado pela mantenedora. Comunica que a sugestão da Comissão é pela
254 realização de visita após análise da documentação apresentada para manutenção da
255 inscrição. O presidente Sr. Luiz Cezar diz que a situação é delicada por se tratar de um
256 público difícil e considera que o serviço caberia a Política de Saúde. A conselheira Érica
257 entende que o acompanhamento poderia ser em conjunto com o Departamento do
258 Idoso. A conselheira Karym menciona que a situação foi repassada para Secretária de
259 Assistência e informa que a Gerência Especial realizará visita técnica com o

260 encaminhamento do relatório para a Comissão. O presidente Sr. Luiz Cezar expõe para
261 aprovação do Pleno, a realização da visita institucional. **Aprovado.** O presidente Sr.
262 Luiz Cezar segue com o item seis da pauta: **apreciação do parecer da Comissão de**
263 **Acompanhamento do SUAS.** A relatora, conselheira Maristela, menciona que a
264 Comissão se reuniu duas vezes contando com a presença dos conselheiros Sr. Luiz
265 Cezar, Érica, Fernanda e Ronilda. Informa que a Comissão analisou os Planos de
266 Aplicação das Gerências para Reprogramação dos Recursos do SUAS para 2013. A
267 Gerência Técnica reprogramou o recurso do IGD-SUAS no valor de R\$ 82.195,24
268 (oitenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos) para:
269 aquisição de veículo, material de consumo, equipamentos e cadeiras novas para o
270 conselho; Cursos de capacitação para as equipes técnicas dos CRAS e CREAS,
271 Entidades conveniadas e conselheiros; Serviço de coffee-break para eventos e reuniões
272 e diárias e locomoção. Na análise da Gerência de Proteção Social Especial, acordou-se
273 que o valor deverá ser desmembrado. Comunica que a conselheira Eliane compareceu
274 na reunião, sendo-lhe solicitado o detalhamento dos valores com a especificação por
275 item e serviço com retorno antecedente a esta reunião ordinária. Para a mesma
276 Gerência, analisou-se a solicitação, através do memorando 176, de abertura de dotação
277 orçamentária para o Piso de Média Complexidade no valor de R\$ 384.233,83 (trezentos
278 e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta e três centavos). Na
279 análise, a Comissão observou que o valor apresentado pela conselheira Eliane divergia
280 do valor apontado pela Comissão devendo ser consultadas outras fontes. A conselheira
281 Maristela relata que a Comissão se reuniu novamente na data de ontem vinte e sete de
282 maio (27/05) e que a conselheira Eliane apresentou a documentação com as alterações
283 solicitadas. Fez-se a análise da utilização da verba do PETI para aquisição de material
284 escolar inferindo pela necessidade, principalmente para o ensino fundamental dois.
285 Sabe-se que o Estado não faz esse repasse, pois fornece somente os livros. Optou-se
286 pela concordância da aquisição mesmo sabendo que diverge da finalidade principal, por
287 entenderem que a prestação de contas contemplará a descrição do produto comprado.
288 Discutiram-se detalhadamente as verbas e as fontes sendo reprogramado o valor de R\$
289 667.548,98 (seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e
290 noventa e oito centavos) para a Gerência Especial. Na apreciação da Gerência de
291 Proteção Básica, viu-se a reordenação dos Serviços de Convivência e Fortalecimento
292 de Vínculos sendo considerado um projeto gigantesco e aprovado pela Comissão em
293 sua totalidade. Aprovou-se também o Termo de Aceite do Programa Nacional de
294 Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS. O Programa tem por
295 objetivo promover o acesso dos usuários da assistência ao mundo do trabalho inclusive,
296 a inserção de pessoas com deficiência. Diz que a responsável técnica é a Sra. Carla

297 Bühner e o valor do projeto totalizou em R\$ 172.320,00 (cento e setenta e dois mil,
298 trezentos e vinte reais). Menciona que a reprogramação apresentada pela Gerência
299 Básica também foi aprovada. A conselheira Érica diz que os assuntos desta Comissão
300 foram discutidos também na reunião de Comissão do Fundo com outro olhar e com
301 algumas alterações. O presidente Sr. Luiz Cezar esclarece que na reunião de
302 Acompanhamento do SUAS foram apresentados os projetos e na reunião do Fundo
303 foram visualizados os valores referentes aos projetos apresentando incompatibilidade.
304 Diz que as informações se complementam e serão relatadas no item sete da pauta:
305 **Apreciação do parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de**
306 **Assistência Social.** O relator, conselheiro Tierrri, complementa dizendo que a Comissão
307 do Fundo analisou valores observando algumas divergências. Relata que a Comissão
308 do Fundo iniciou verificando o ofício recebido do Conselho do Bolsa Família que
309 solicitou uma vaga neste Conselho. A Comissão decidiu pela negação e pelo convite
310 aos membros do Conselho do Bolsa Família para participarem como ouvinte nas
311 reuniões plenárias. E quando o item IGD-M constar em pauta será convidado para
312 participar em reunião da Comissão do Fundo Municipal. Discutiu-se na reunião o
313 recurso da fonte 827, Piso Básico Fixo da Gerência Básica – CRAS no valor de R\$
314 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Explicita que a legislação estabelece a utilização
315 de 60% (sessenta) do repasse mensal para pagamento de pessoal, porém observou-se
316 gasto na totalidade do valor acrescido ainda com parte do valor da reprogramação.
317 Aponta que a Gerência Básica precisou alterar o Plano de Aplicação da reprogramação
318 contemplando essa despesa por indisponibilidade desse valor. Esclarece que a
319 Comissão tem consciência dessa irregularidade propondo o agendamento de uma
320 reunião com o Controlador Geral do município e o Secretário de Gestão Financeira para
321 buscar uma solução. Observa que todo recurso federal tem a contrapartida do
322 município, mas que essa informação é desconhecida pelo departamento financeiro,
323 conforme lhe relatou a Sra. Rosilda. Segundo ela, o setor há que ser informado dessa
324 contrapartida para que o município se organize e assuma essa demanda. Diz que a
325 grande questão é buscar resolver, a partir dessa reunião com o Controlador e o
326 Secretário da Gestão Financeira, encontrando essa contrapartida no município com o
327 ajuste dos pagamentos nos CRAS. Evidencia que a proposta da Comissão é a
328 realização dessa reunião objetivando solucionar a questão com posterior procedimento
329 de forma correta. A conselheira Vanduire indaga se não seria interessante trazê-los para
330 a reunião plenária e a conselheira Karym pergunta se deveria iniciar pela reunião da
331 Comissão. A conselheira Érica enfatiza que será exclusivo para resolver o percentual de
332 60% (sessenta). O presidente Sr. Luiz Cezar responde que deverá ser na Comissão
333 podendo convidar todos os conselheiros para a reunião. A conselheira Karym observa

334 que é importante saber da aplicação do recurso e que as discussões nas Comissões
335 são muito ricas auxiliando no desenvolvimento do trabalho. A conselheira Claudia
336 menciona que haverá que se prestar conta se a legislação define limite de 60%
337 (sessenta) e o valor gasto atinge 100% (cem). Diz que a Secretaria de Educação tem o
338 Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), conselho à
339 parte, formado por vários representantes eleitos que fiscaliza e fica bem transparente.
340 Diz ainda que este Conselho pode solicitar consultoria de integrante do Tribunal de
341 Contas. A conselheira Érica fala que há intenção de regularizar a situação pela atual
342 diretora do Fundo e que a sugestão apresentada pelo município é a redução nas
343 equipes do CRAS. O conselheiro Marcelo lembra que houve a sugestão de se investir
344 nos CRAS, porém a maioria dos conselheiros optou por investir em outra finalidade.
345 Findo este item, o relator faz a leitura da reprogramação das três Gerências com as
346 alterações solicitadas comunicando que a análise da Comissão resultou na aprovação.
347 O presidente Sr. Luiz Cezar expõe para apreciação os pareceres de ambas as Comissões
348 (Acompanhamento do SUAS e do Fundo). **Aprovado.** O presidente Sr. Luiz Cezar
349 prossegue com o item oito da pauta: **apreciação do parecer da Comissão de**
350 **Documentação e Cadastro de Entidades de Assistência Social.** A relatora,
351 estagiária Ariane, nomina os conselheiros presentes na reunião: Luiz Cezar, Erica, Cléa,
352 Isabela, Marcelo, Ronilda, Lucília, Ariane e Sandra, a relatora informa que a Comissão
353 procedeu com a análise da renovação de inscrição das Entidades Socioassistenciais
354 observando os documentos solicitados nas Resoluções do CNAS e do CMAS. Relata
355 que se definiram critérios de cancelamento e/ ou suspensão para as Entidades que
356 estavam em desconformidade com a documentação. Diz que a Comissão sugere o
357 envio de correspondência solicitando atentar para as fragilidades dispostas. O
358 presidente Sr. Luiz Cezar diz que a análise preliminar pautou-se na exigência da
359 documentação mencionada nas resoluções: nº 16/2010 do CNAS que define prazo até
360 trinta de abril (30/04) e nº 03/2012 do CMAS. Explica que a Comissão verificou se as
361 Entidades cumpriram com o solicitado nessas resoluções definindo critérios conforme o
362 item descumprido. Para as Entidades que não apresentaram documentação definiu-se
363 pelo cancelamento. Para as que apresentaram após o prazo estabelecido e/ou
364 apresentaram dentro do prazo com documentação faltante definiu-se pelo
365 encaminhamento de ofício de advertência com suspensão. O ofício comunicará o motivo
366 da suspensão mencionando a documentação que deverá ser apresentada dentro de dez
367 dias corridos e improrrogáveis. Para as demais Entidades que cumpriram com a
368 formalidade da documentação se fará a análise posteriormente. A conselheira Karym
369 pergunta se foram muitas que descumpriram e a conselheira Érica responde que não
370 conseguiram analisar todas. Nomina as Entidades Lua Nova e Observatório Social sem

371 entrega da documentação. Esclarece que a resolução do CNAS exige o relatório de
372 2012 e o Plano de Ação 2013 e a resolução do CMAS exige os dois citados acrescentando
373 o relatório de manutenção da inscrição e Ata, se houver alteração. A conselheira
374 Ronilda complementa dizendo que para a análise não importou saber qual era a
375 Entidade e sim verificar a documentação solicitada. A conselheira Karym indaga se a
376 Entidade pode solicitar a inscrição a qualquer momento. A conselheira Regina diz que a
377 punição é necessária. O conselheiro Marcelo esclarece que as Entidades em suspensão
378 irão para análise no final de fila. O presidente Sr. Luiz lembra que a Comissão tem prazo
379 de noventa dias para concluir a análise. O teor do ofício que será enviado para as
380 Entidades é projetado para apreciação dos conselheiros. O presidente Sr. Luiz Cezar
381 expõe para aprovação o parecer da Comissão. **Aprovado. Encerramento:** Finalizada a
382 pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente Sr. Luiz Cezar da Silva agradece a
383 presença dos conselheiros e demais convidados encerrando a reunião às dezesseis
384 horas e dez minutos. A presente Ata foi gravada e transcrita pela assistente de
385 administração, Sra. Patrícia Mitui e redigida por mim, Lucília do Rocio Lopes Andrade,
386 secretária executiva que, após aprovada segue assinada por mim, pelo presidente e
387 demais conselheiros presentes.